

SEMINÁRIO DE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - OUTUBRO/2021



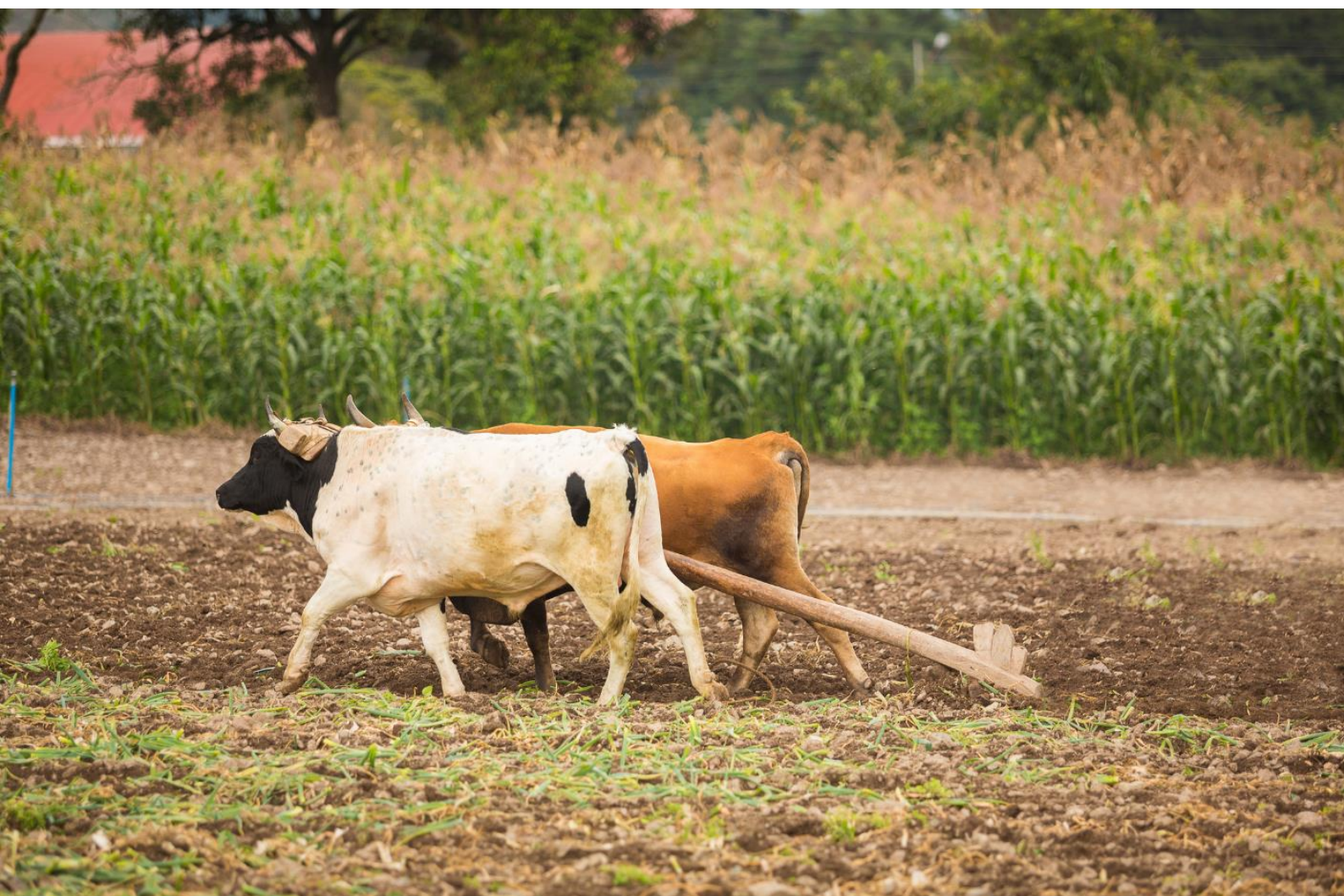
CONSEA-DF

Conselho de Segurança
Alimentar e Nutricional do
Distrito Federal



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
RESULTADO.....	5
ANEXO I – PROGRAMAÇÃO.....	13



APRESENTAÇÃO

O Seminário Virtual de Contextualização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do Distrito Federal, realizado no dia **14 de outubro de 2021**, por meio da plataforma *Zoom*, contou com a participação de técnicos do governo distrital, membros da sociedade civil, institutos de pesquisa, universidades e pesquisadores que trabalham com indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional e na execução da Política Distrital.

Objetivos:

- Apresentar o diagnóstico atual da situação da Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, com base em indicadores de pesquisas, estudos e inquéritos de SAN;
- Discutir a efetivação da Política Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional e os desafios frente ao cenário da pandemia da COVID 19;
- Contribuir com a reflexão da Política Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional como embasamento para a 5ª Conferência Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional.

Este foi o primeiro encontro preparatório para a 5ª Conferência Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 25 e 26 de novembro de 2021.

O evento contou com a dinâmica de duas mesas redondas sobre “Situação de Segurança Alimentar e Nutricional no DF” e “Desafios e Perspectivas para agenda de SAN no Distrito Federal”, seguidas de debates entre os participantes. Durante o evento foram feitas as seguintes apresentações:

- Resultados do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS): apresentação feita pela palestrante Francisca Lucena, Pesquisadora e Estatística da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan/DF;
- Dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)/ Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2017/2018) – contexto Brasil e Distrito Federal: apresentação feita pela palestrante Patrícia Gentil, nutricionista do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e representante da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável;
- Resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (VigiSAN): apresentação feita pela palestrante Elaine Paschim, nutricionista, sanitária, doutora em Nutrição Humana pela UnB e integrante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania;
- A Agenda de SAN no Distrito Federal - desafios e perspectivas. Este tema foi discutido por vários palestrantes, que são servidores das diversas secretarias

do Distrito Federal: Saúde, Agricultura, Educação, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Justiça e outras entidades como Ceasa/DF e Emater/DF.

- Os desafios da participação e do controle social na Política de SAN: apresentação feita por Denise Oliveira, representante da Fiocruz/DF;
- Desafios para o III PDSAN - agenda intersetorial e participação social: apresentação feita por Felipe Gomes, secretário Executivo da Caisan/ DF que além de apresentar os desafios para o III PDSAN, também apresentou dados sobre o I PDSAN (2012 a 2015) e o II PDSAN(2016 a 2019);

Cerca de 100 pessoas participaram do Seminário Virtual. A programação completa e mais informações sobre os palestrantes do evento encontram-se no ANEXO I deste documento.



RESULTADO

Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal



Os dados utilizados para a elaboração do IVS-DF foram extraídos da PDAD 2018. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) é realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) e investiga aspectos demográficos, migração, condições sociais e econômicas, situações de trabalho e renda, características do domicílio, condições de infraestrutura urbana, entre outras informações, de modo a oferecer um diagnóstico detalhado da situação atual do Distrito Federal.

O objetivo da PDAD é produzir dados para análise do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal. Assim, a PDAD é uma importante fonte de insumos técnicos para o processo de planejamento e tomada de decisões, além do potencial de subsidiar todo o ciclo de políticas públicas e iniciativas governamentais. A pesquisa é realizada junto aos domicílios urbanos e rurais com características urbanas do DF. O desenho amostral é do tipo probabilístico, com representatividade estatística para as 33 Regiões Administrativas (RA) do DF. Sua periodicidade bianual possibilita uma análise longitudinal de diversos indicadores da Capital Federal, permitindo um acompanhamento da evolução das condições de vida da população brasileira (CODEPLAN, 2019).

A PDAD coleta informações sobre a situação socioeconômica, demográfica e de moradia da população residente. Na edição de 2018, a pesquisa coletou informações de 69.654 pessoas, residentes em 21.908 domicílios, entre os meses de março e outubro de 2018. A partir das estimativas realizadas com os dados da pesquisa, a amostra coletada representa 2.881.854 pessoas, residentes em 883.437 domicílios do Distrito Federal. A pesquisa foi desenhada para coleta nas 31 Regiões Administrativas então

existentes e posteriormente, ponderada para as duas novas regiões administrativas criadas em 2019: Sol Nascente/Pôr do Sol e Arniqueira.

Com relação ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), o mesmo é um indicador composto por uma cesta de indicadores simples que retratam aspectos da vulnerabilidade social vivenciada pela população do Distrito Federal, desagregados por Regiões Administrativas.

As quatro dimensões de vulnerabilidade social que integram o IVS-DF são: Infraestrutura e Ambiência Urbana (DIAU), Capital Humano (DCH), Renda e Trabalho (DRT) e Habitacional (DH). O índice é calculado com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018, possibilitando que os resultados sejam apresentados de forma desagregada e representativa por Região Administrativa (RA) e para todo o território do DF. Outros indicadores úteis como renda domiciliar, concentração de renda, ocorrências criminais de diversas naturezas, natalidade, mortalidade e raça/cor também estão presentes.

Dentro de cada dimensão de vulnerabilidade social há uma série de indicadores avaliativos relacionados ao tópico abordado por aquela dimensão:

- D1 – Dimensão de Infraestrutura e Ambiência Urbana (DIAU): indicadores relacionados aos domicílios e seus entornos e à mobilidade.
- D2 – Dimensão de Capital Humano (DCH): indicadores que determinam a condição de educação dos moradores e outros aspectos de vulnerabilidade associados à trajetória de vida, como a gravidez na adolescência e os jovens “nem-nem” (que não estudam nem trabalham).
- D3 – Dimensão de Renda e Trabalho (DRT): indicadores sobre a inclusão precária e/ou inadequada no mercado de trabalho, abordando ainda a insuficiência de renda das famílias e a diferença de renda entre homens e mulheres chefes de família.
- D4 – Dimensão Habitacional (DH): indicadores que refletem as condições habitacionais da população, evidenciando a necessidade de provimento de moradias e a situação de inadequação domiciliar.

O Índice de Vulnerabilidade Social do DF é de 0,34. As regiões administrativas com os maiores índices de vulnerabilidade social são SCIA/Estrutural (0,72), Sol Nascente/Pôr do Sol (0,60), Fercal (0,55), Varjão (0,53) e Itapoã (0,53).

Já as RAs com os menores índices são Sudoeste/Octogonal (0,09), Águas Claras (0,10), Cruzeiro (0,12), SIA (0,13) e Lago Sul (0,14). Em cada uma das dimensões citadas, o IVS-DF apresentou os seguintes resultados: capital humano

(0,93), renda e trabalho (0,90), infraestrutura e ambiência urbana (0,69) e habitação (0,63).

Com os novos dados Pdad 2021, será possível reproduzir o IVS-DF a cada nova edição da pesquisa e observar conjuntamente características de vulnerabilidade e de segurança alimentar e nutricional (SAN), para cada uma das 33 regiões administrativas do Distrito Federal.

Por fim, destaca-se que reduzir as desigualdades regionais requer a proposição e a implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas às regiões administrativas mais vulneráveis, a qual resulta na construção de uma agenda de fortalecimento gradativo e sistemático local.



Dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) - Contexto Brasil e Distrito Federal

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Lei Orgânica de Segurança Alimentar Brasileira – 2006). Sendo papel do Estado garantir a todos (as) o Direito Humano à Alimentação Adequada. A falta de disponibilidade e acesso das pessoas aos alimentos, dá-se o nome de Insegurança Alimentar e Nutricional (IA).

A IA possui natureza multidimensional e envolve aspectos sociais, psicológicos, de qualidade de vida e condições de moradia, sendo sua avaliação complexa e desafiadora. Por anos, a condição de IA foi avaliada por indicadores econômicos de produção e disponibilidade de alimentos; entretanto, estes se mostraram insuficientes

para mensurar sua multidimensionalidade. Dessa forma, desde a década de 1970, diferentes escalas têm sido propostas, sendo que no Brasil é adotada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

A EBIA foi baseada na escala norte-americana e validada em 2003. Tem sido utilizada em distintos contextos e por diferentes áreas e profissionais. Ela permite classificar a IA em: insegurança alimentar leve, que se caracteriza pela preocupação da família em não obter o alimento no futuro; insegurança alimentar moderada, relacionada à necessidade da família em reduzir a quantidade, qualidade e variedade dos alimentos, visando evitar sua falta; e insegurança alimentar grave, que corresponde à falta do alimento e, conseqüentemente, fome.

No Brasil, a prevalência de IA foi investigada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a partir da EBIA. No primeiro diagnóstico nacional (2004), identificaram-se 34,9% dos domicílios em condição de IA. Já em 2009 e 2013, com versão adaptada e atualizada da EBIA, essas prevalências foram menores, 30,2% e 22,6%, respectivamente. Porém, na última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF17/18), foi apontado aumento significativo da IA, em que 36,7% dos domicílios estavam em alguma condição de IA. Dados de 2018, por regiões do Brasil, mostraram maiores prevalências de IA nas regiões Norte (57,0%) e Nordeste (50,3%), em comparação às regiões Centro-Oeste (35,2%), Sudeste (31,2%) e Sul (20,7%).

Já o Distrito Federal registrou o menor percentual de segurança alimentar desde 2004 - cerca de 67,3% (656 mil) das famílias têm segurança alimentar. Em 2013, o nível era de 86,7% e, em 2004, de 75,1%. Além do aumento de 250% de domicílios sem acesso regular à alimentação básica (14 mil, em 2013, para 49 mil, entre 2017 e 2018). Ao todo, 32,8% (319 mil) dos domicílios da capital estão em algum nível de insegurança alimentar: 21,2% (207 mil) têm quadro considerado leve; 6,6% (64 mil) moderado e 5% (49 mil) grave - fome (POF 2017/2018).



Cabe destacar que a garantia integral do Direito Humano à Alimentação e Adequada (DHAA) deve ser concebida a partir de duas dimensões: estar livre da fome e da desnutrição e ter acesso a uma alimentação adequada e saudável. Os indicadores mostram um longo caminho a percorrer quando se consideram aspectos como: a adequação da alimentação, em termos culturais e de sustentabilidade ambiental; e o atual padrão

alimentar da população brasileira, que tem levado a um quadro alarmante de saúde, com o aumento significativo de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como a obesidade, a hipertensão e o diabetes.

Dados recentes da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF - 2017/2018) revelam que a população do Distrito Federal é a que menos consome alimentos in natura em



todo o país. A capital possui a segunda maior aquisição de alimentos ultraprocessados – como congelados e doces. O crescente consumo de produtos ricos em açúcares alia-se ao consumo de frutas e hortaliças aquém do recomendado.

Segundo o levantamento, os alimentos ultraprocessados correspondem a 23,2% do total das calorias ingeridas por ano na capital – enquanto a média do país é de 18,4%. Já para produtos in natura, esse número é de 42,6% no DF e 49,5% no Brasil. A proporção do consumo anual de açúcares, doces e produtos de confeitaria no DF chega a 13,6 kg por pessoa. A mesma pesquisa demonstra ainda que a despesa média mensal das famílias no DF com alimentação fora de casa aumentou de 37,1% (R\$182,12), para 40,6% (R\$355,80) entre 2009 e 2018.

Tais dados refletem no aumento expressivo do sobrepeso e obesidade em toda população. Dados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – Vigitel, realizada pelo Ministério da Saúde em 2020, mostraram que no Distrito Federal o excesso de peso atinge mais da metade da população adulta (54,6%), dos quais 18,8% estão com obesidade.

Por outro lado, o Vigitel mostrou uma evolução positiva em alguns aspectos: o consumo de refrigerantes e sucos artificiais declinou no último ano (14,5% em 2019 para 13,9% em 2020) e o consumo regular de frutas e hortaliças vem aumentando (29,8% em 2019 para 35,8% em 2020).

Reconhecer o impacto dos sistemas alimentares atuais na saúde humana e no meio ambiente é de extrema importância na construção de políticas públicas efetivas. As pessoas adoecem porque trabalham em condições insalubres (riscos ocupacionais); por poluentes na água, solo ou ar (poluição ambiental); porque comem alimentos não seguros para consumo (alimentos contaminados, inseguros e adulterados); porque consomem dietas não saudáveis (padrões alimentares não saudáveis); porque não têm acesso a alimentos adequados e aceitáveis em todos os momentos (insegurança alimentar).

Para além de conhecer as múltiplas dimensões da realidade, deve-se identificar determinantes, impactos e mecanismos de atuação e efetivação da realização do DHAA, garantindo assim a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional e um Sistema Alimentar Saudável e Sustentável.

Resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VigiSAN)



O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 foi realizado em 2.180 domicílios nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais, entre 5 e 24 de dezembro de 2020.

Os resultados mostram que nos três meses anteriores à coleta de dados, apenas 44,8% dos lares tinham seus moradores e suas moradoras em situação de segurança alimentar. Isso significa que em 55,2% dos domicílios os habitantes convivem com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018 (36,7%).

Em números absolutos, no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave).

É um cenário que ressalta as consequências das crises econômica, política e sanitária que provocaram uma imensa redução da segurança alimentar em todo o Brasil.

Entre 2004 e 2013, os resultados da estratégia Fome Zero aliados a políticas públicas de combate à pobreza e à miséria se tornaram visíveis. A Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2004, 2009 e 2013, revelou uma importante redução da insegurança alimentar em todo o país. Em 2013, a parcela da população em situação de fome havia caído para 4,2% – o nível mais baixo até então. Isso fez com que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura retirasse o Brasil do Mapa da Fome.

No entanto, os números atuais são mais do que o dobro dos observados em 2009 e o retrocesso mais acentuado se deu nos últimos dois anos. Entre 2013 e 2018, segundo dados da PNAD e da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), a insegurança alimentar grave teve um crescimento de 8,0% ao ano. A partir daí, a aceleração foi ainda mais intensa: de 2018 a 2020, como mostra a pesquisa VigiSAN, o aumento da fome foi de 27,6%. Ou seja: em apenas dois anos, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões. Nesse período, quase 9 milhões de brasileiros e brasileiras passaram a ter a experiência da fome em seu dia a dia.

Segundo a pesquisa VigiSAN, a insegurança alimentar cresceu em todo país, mas as desigualdades regionais seguem acentuadas. As regiões Nordeste e Norte são as mais afetadas pela fome.

Em 2020, o índice de insegurança alimentar esteve acima dos 60% no Norte e dos 70% no Nordeste – enquanto o percentual nacional é de 55,2%. Já a insegurança alimentar grave (a fome), que afetou 9,0% da população brasileira como um todo, esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% do Nordeste.

O Nordeste apresentou o maior número absoluto de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, quase 7,7 milhões. Já no Norte, que abriga apenas 7,5% dos habitantes do Brasil, viviam 14,9% do total das pessoas com fome no país no período.

Além disso, a conhecida condição de pobreza das populações rurais, sejam elas de agricultores(as) familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos(as), tem reflexo importante nas condições de segurança alimentar. Nessas áreas, em todo o país, a fome se mostrou uma realidade em 12% dos domicílios.

As formas mais severas de Insegurança Alimentar foram relacionadas ao menor acesso à água potável, menor quantidade de cômodos nos domicílios, menor renda familiar per capita e aumentam as proporções quando relacionadas ao sexo feminino, menor escolaridade e com raça/cor da pele preta/parda.

Destaca-se que a redução da renda implicou no corte com despesas essenciais da família, de forma mais evidente nas famílias com insegurança alimentar moderada e grave, e que residiam nas regiões Norte e Nordeste do país.

A redução da renda durante esse período teve expressão em todas as formas da Insegurança Alimentar, porém destaca-se as famílias com Insegurança Alimentar leve, o que sugere que essas famílias eram aquelas que tinham a renda per capita garantida por emprego de seus moradores e que, diante da pandemia, reverbera a preocupação no acesso à alimentação saudável e de qualidade.

Por fim, destaca-se a necessidade de recompor as políticas sociais e de segurança alimentar e nutricional, além da retomada do debate democrático na construção de políticas públicas pela recomposição de conselhos de participação social e do Consea Nacional.



ANEXO I - PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

DATA: 14 DE OUTUBRO DE 2021

LOCAL: PLATAFORMA ZOOM

9H00 ÀS 9H30 — ABERTURA

- Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, José Ivan Mayer de Aquino.
- Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social, Ana Paula Soares Marra; e
- Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional, Karla Lisboa Ramos.

9H30 ÀS 11H30 — MESA REDONDA: A SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

- **Moderador:** José Ivan Mayer de Aquino, presidente do CONSEA/DF.
- **Resultados do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS):** Francisca Lucena, Codeplan DF.
- **Dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)/ Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2017/2018) – contexto Brasil e Distrito Federal:** Patrícia Gentil, Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável.
- **Resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VigiSAN):** Elaine Paschim, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN.

11H ÀS 12H30 — DEBATE

14H30 ÀS 16H45 — MESA REDONDA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AGENDA DE SAN NO DISTRITO FEDERAL.

- **Moderadoras:** Giselle Garcia e Lorena Chaves, conselheiras do CONSEA/DF.
- **A Agenda de SAN no Distrito Federal - desafios e perspectivas:**
 - Secretaria de Estado de Saúde (SES/DF) - Andrielle Haddad;
 - Secretaria de Estado de Educação (SEE/DF) - Juliene Santos;
 - Secretaria de Estado de Agricultura (SEAGRI/DF) - André Santana;
 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES/DF) - Karla Ramos e Kariny Alves;
 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/DF) - Titan de Lima;
 - Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS/DF) - Wladsla Oliveira;
 - Central de Abastecimento (CEASA/DF) - Renato da Silva Lino;
 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/DF) - Letícia Martinez.
- **Os desafios da participação e do controle social na Política de SAN:** Denise Oliveira - Fiocruz DF.
- **Desafios para o III PDSAN - agenda intersetorial e participação social:** Felipe Gomes, CAISAN/DF.

16H45 ÀS 17H30 — DEBATE

17H30 - ENCERRAMENTO

CONSEA DF